

Assinaturas

CAPITAL.	
Por anno	100000
Por nove meses	90000
Por seis meses	60000

A assinatura paga-se adiantada; pode começar em qualquer dia, mas termina sempre no dia de Março, Junho, Setembro ou Dezembro.

Número avulso—100 rs.

A REGENERACÃO

ORGAM DO PARTIDO LIBERAL

29 TYPOGRAPHIA-RUA DE JOÃO PINTO 29

ANNO XIII

Destero,— Domingo 29 de Maio de 1881

N. 40

AOS SRS. ASSIGNANTES

Pede-se aos Srs. assinantes para que se sirvam mandar satisfazer suas assignaturas, afim de não haver interrupção na entrega d'esta folha.

PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA

SESSÃO ORDINARIA, EM 21 DE MARÇO DE 1881

Presidencia do Sr. Olympio Pitanga

A's 11 horas da manhã, feita a chama, acham-se presentes as Srs. Pitanga, José Caetano, Wandshausen, Leitão d'Almeida, Schutel, João Narciso, Mello, Juvençio Costa, Joaquim Lobo, Silvio Pollico, Alcino de Farias, Tolentino, João Rodrigues e Luiz Galdeira.

Faltam sem causa participar, os Srs. Elyoen Guilherme, João Ramos, Mafla, Pedro Lobo, Custodio Martins e Serra.

Abre-se a sessão.

É lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Efectua-se a contagem.

em 11 de Fevereiro p. 22—contendo um projecto de portaria municipal da mesma cámara. — A' comissão de casas.

Uma petição dos moradores do ar-rayal dos Ganchos, distrito da villa de S. Miguel, solicitando a criação de uma escola para o sexo masculino n'aquelle lugar. — A' comissão de instrução pública e fazenda.

Outra, dos moradores do lugar denominado Boa Vista do Alto S. João da freguesia de S. João Baptista do Alto Tijucas, pedindo a criação de escolas n'aquelle localidade. — A' mesmas comissões.

Outra, de Paulino José de Mello, residente na freguesia de S. João Baptista, pedindo o pagamento de guisamentos, correspondentes ao anno de 1880. — A' comissão de fazenda.

O Sr. 1º Secretario comunica que vão subir à sanção presidencial os seguintes projectos:

Sob n. 10, elevando a freguesia de S. Luiz Gonzaga à categoria de município;

Sob n. 11, autorizando a presidencia da província a apresentar o portefólio d'esta assemblea, Jacintho Ignacio Martins;

Sob n. 12, dispensando a navegação ao porto de Paraty, a que se refere a lei n. 718 de 22 de Abril de 1874.

E' apresentado pela comissão de estatística o projecto sob n. 2, que eleva a freguesia de S. João de Campos Novos à categoria de município, dando o mesmo projecto na devida forma para ser dado na ordem do dia seguinte para a 3ª discussão.

Nada mais havendo, passa-se à

1ª PARTE DA ORDEM DO DIA

Orçamento municipal

Entra em 1ª discussão, e sem debate passa para a 2ª, o seguinte projecto n. 23, que orça a receita e fixa a despesa municipal para o exercicio de 1881—1882:

PROJECTO N. 23

A Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina, decreta:

TITULO I

CAPITULO I

Da renda municipal

ARTIGO 1º A receita municipal comprehende as seguintes rendas:

- § 1.º Arrendamento, fícios, e laudomios, na forma da legislação em vigor.
- § 2.º Aferricão de pesos e medidas.
- § 3.º Rendimento da praça do mercado, a saber:

 - 1. Licença aos quitandeiros para venderem nos vãos das columnas, e todos aqueles que concorrem ao mercado, na razão de 25 rs. mensais.
 - II. Imposto de 15 rs. sobre animal suíno e ovelhão, exposto à venda nos aguões.
 - III. Imposto de 15 rs. polo talho de rez.
 - IV. Multas por infractione das posturas.
 - V. Multas por quebramento de flâncas, da termô de bom viver, e de seguraria de vila, na forma dos arts. 111, 316, 483 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.
 - VI. Multas de infração da lei eleitoral n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881 e respectivo regulamento.
 - VII. Multas impostas a réus condenados na forma do código criminal.
 - VIII. Multas a advogados e outras pessoas do fórum civil, em virtude da legislação respectiva, e no fórum criminal, conforme dispõe o código e seu regolamento.
 - IX. Aluguelos dos prédios municipais.
 - X. Fórum do patrimônio do Hospital das Caldas da Imperatriz, pertencentes à camara municipal de S. José.
 - XI. Imposto de 20\$ rs. sobre casas de quitanda, inclusivo as que valem contado; sendo nos inquilinos das casinhas do mercado permitido o pagamento deste imposto por semestre, conforme a arrecadação do atinguel das mesmas casinhas.
 - XII. Imposto de 15 rs. sobre animais vacum, mula e cártilas, que passar para o município de capital para negócio.
 - XIII. Imposto de 15 rs. sobre cabras, de gado vacum, suino e ovelhão, morto para consumo.
 - XIV. Imposto de 20\$ rs. sobre animais, não considerando-se como tales as quitandeiras do mercado, que paguem o imposto nominal de 10\$ rs. em prestações. Considera-se — possivelmente um engano do gado todos os outros animais que se encontre naquela praça, que não sejam suínos, vacas, mulas, cabras, e queira o pagamento de imposto.

S. 15. Impostos de quaisquer outras taxas que as camaras municipais estabeleçam autorizadas a cobrar pelos respectivos códigos.

S. 16. Imposto de 2% sobre o valor das vendas de terras que não pagarem hancamento à fazenda geral, à provincial ou as municipalidades.

S. 17. Imposto de 20\$ rs. sobre casas em que se tirarem retratos de photographia, ambientado por outro qualquer sistema.

S. 18. Imposto de 30\$ rs. por cada uma carreta de cavalos, no capital, e de 15\$ rs. nos demais municípios.

S. 19. Imposto de 10\$ rs. sobre o joco da bala.

S. 20. Imposto de 30\$ rs. sobre confabulinas de couro, e outros artigos de tabuleiros, cestos, caixas, etc., para exportar.

S. 21. Imposto de 800\$ rs. por metro quadrado de madeira, excepto as vigas que pagarão de 4\$ rs. por metro quadrado.

S. 22. Imposto de 10\$ rs. por metro quadrado de madeira que saíra de cunha.

S. 23. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios que se arrecadarem.

S. 24. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios que se arrecadarem.

S. 25. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios que se arrecadarem.

S. 26. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios que se arrecadarem.

S. 27. Imposto de 300\$ rs. sobre casas em que houver jogos de vispara.

S. 28. Rendimento do comitório publico.

S. 29. Imposto de 150\$ rs. pela licença para rinchedeiros de galos, quer publicos quer particulares, na capital e nos demás lugares de 75\$ rs.

S. 30. Imposto de 10% de pascado exposto à venda.

S. 31. Imposto de 20\$ rs. pela licença para estrebaria ou cocheira de animais de aluguel na capital, e de 10\$ rs. nas outras localidades.

S. 32. Imposto de 100 réis por dúzia de madeiras que exportar para fóra dos municípios de Tijucas, S. Francisco, Joinville e S. Miguel, excepto as vigas que pagará no razão de 5 réis por 0" 22.

S. 33. Imposto sobre botas, lanchas, hastes e canoas que não saírem barca fóra, a saber:

I. Por bota ou lanchão que não manifestar 200000

II. Por lancha 120000

III. Por bota 80000

IV. Por canoa de aluguel 40000

S. 34. Imposto de 100\$ rs. sobre cada pessoa que vender bilhetes de loteria nacional, não extrahida na província, e sendo bilhetes de loteria estrangeira o de 200\$ rs.

S. 35. Passagens de rios e barras.

S. 36. Vendas de terrenos ou comitórios publicos para jazigos perpetuos a razão de 35 rs. por 0" 10 484.

S. 37. Arrematação de animais apprehendidos na forma das posturas.

S. 38. Cobrança da dívida activa.

S. 39. Imposto de 305\$ rs. pela abertura ou estabelecimento de olarias, cortumes, fabricas de cerveja, de vinhos, de licores, da refinaria de açucar, de sabão e velas, de moer café e enganhos de serrar madeira ou de pilhar arroz, na capital; nos demais municípios pagará o imposto de 20\$ rs.

S. 40. Imposto de 10\$ rs. pela continuação na capital sobre as fabricas ou engenhos que trata o parágrafo antecedente, e de 5\$ rs. nos outros municípios.

S. 41. Arrecadação de quaisquer outras taxas que as camaras municipais estabeleçam autorizadas a cobrar pelos respectivos códigos.

S. 42. Imposto de 2% sobre o valor das vendas de terras que não pagarem hancamento à fazenda geral, à provincial ou as municipalidades.

S. 43. Imposto de 20\$ rs. sobre casas em que se tirarem retratos de photographia, ambientado por outro qualquer sistema.

S. 44. Imposto de 30\$ rs. por cada uma carreta de cavalos, na capital, e de 15\$ rs. nos demais municípios.

S. 45. Imposto de 10\$ rs. sobre o joco da bala.

S. 46. Imposto de 30\$ rs. sobre confabulinas de couro, e outros artigos de tabuleiros, cestos, caixas, etc., para exportar.

S. 47. Imposto de 800\$ rs. por metro quadrado de madeira, excepto as vigas que pagarão de 4\$ rs. por metro quadrado.

S. 48. Imposto de 4\$ rs. por metro quadrado.

S. 49. Imposto de 10\$ rs. por metro quadrado.

S. 50. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 51. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 52. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 53. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 54. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 55. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 56. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 57. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 58. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 59. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 60. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 61. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 62. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 63. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 64. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 65. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 66. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 67. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 68. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 69. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 70. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 71. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 72. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 73. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 74. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 75. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 76. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 77. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 78. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 79. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 80. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 81. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 82. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 83. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 84. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 85. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 86. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 87. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 88. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 89. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 90. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 91. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 92. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 93. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 94. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 95. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 96. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 97. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 98. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 99. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 100. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 101. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 102. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 103. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 104. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 105. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 106. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 107. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 108. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 109. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 110. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 111. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 112. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 113. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 114. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 115. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 116. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 117. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 118. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 119. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 120. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 121. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 122. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 123. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 124. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 125. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 126. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 127. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 128. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 129. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 130. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 131. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 132. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 133. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 134. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 135. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 136. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 137. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 138. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 139. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 140. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 141. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 142. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 143. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 144. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 145. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 146. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 147. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 148. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 149. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 150. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 151. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 152. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 153. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

S. 154. Imposto de 10\$ rs. sobre casas de negócios.

tantes, do registo civil e outros, na forma das disposições em vigor.

§ 3.* Com o expediente, publicações de editais e encadernação de livros.

§ 4.* Com o pagamento de custas judiciais.

§ 5.* Com obras públicas, sendo:

- I. Com obras urbanas
- II. Caminhos e pontes
- III. Com despesas eventuais, inclusive o pagamento de fóros, impostos dos açoques, luzes, limpeza do mercado e higiene pública.
- IV. Com exacção

CAMARA DE JOINVILLE

ARTIGO 6.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados de conformidade com a legislação em vigor
- § 2.* Com expediente e publicação de editais
- § 3.* Com o expediente do jury, dos trabalhos do alistamento militar, da qualificação de voluntários, do registo civil e outras na forma das disposições em vigor
- § 4.* Com o pagamento da dívida passiva e das custas judiciais
- § 5.* Com obras públicas, sendo:

 - I. Com obras urbanas
 - II. Caminhos e pontes
 - III. Com desapropriação de 2^o 2 para conservar o arranjo actual
 - IV. Com exacção
 - V. Com socorros e enterros de presos indigentes
 - VI. Com alimentos e tratamento a presos indigentes
 - VII. Com eventuais

Rs. 18.799\$000

ARTIGO 7.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados de conformidade com a legislação em vigor
- § 2.* Com que ficou a dover aos herdeiros do procurador Eustachio Francisco Gomes Rapozo
- § 3.* Com o expediente
- § 4.* Com o expediente do jury, dos trabalhos do alistamento militar, da qualificação de voluntários, e outros na forma das disposições em vigor
- § 5.* Com o pagamento da dívida passiva e de custas judiciais
- § 6.* Com obras públicas, sendo:

 - I. Com as suas e outras urbanas
 - II. Com caminhos e pontes
 - III. Com o cemiterio da freguesia do Salvy
 - IV. Com exacção
 - V. Com tratamento a presos indigentes
 - VI. Com eventuais

Rs. 12.740\$000

CAMARA DE S. FRANCISCO

ARTIGO 8.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados, inclusive o novo fiscal proposto na razão de 240\$ annualmente
- § 2.* Com o expediente
- § 3.* Com o expediente do jury, dos trabalhos do alistamento militar, da qualificação de voluntários e do registo civil e outros, de conformidade com as disposições em vigor
- § 4.* Com o pagamento da dívida passiva e das custas judiciais, sendo de preferência pago o encrédito de orphões Joaquim Xavier d' Oliveira Camara com a quantia de 100\$ rs, por conta do que se lhe está a dever
- § 5.* Com obras públicas, sendo:

 - I. Com obras urbanas
 - II. Com caminhos e pontes
 - III. Com o cemiterio da freguesia do Salvy
 - IV. Com exacção
 - V. Com tratamento a presos indigentes
 - VI. Com eventuais

Rs. 4.915\$700

CAMARA DE S. JOSE

ARTIGO 9.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados, inclusive o novo fiscal proposto na razão de 240\$ annualmente
- § 2.* Com o expediente
- § 3.* Com o expediente do jury, dos trabalhos do alistamento militar, da qualificação de voluntários e do registo civil e outros, de conformidade com as disposições em vigor
- § 4.* Com o pagamento da dívida passiva e das custas judiciais, sendo de preferência pago o encrédito de orphões Joaquim Xavier d' Oliveira Camara com a quantia de 100\$ rs, por conta do que se lhe está a dever
- § 5.* Com obras públicas, sendo:

 - I. Com obras urbanas
 - II. Com caminhos e pontes
 - III. Com exacção
 - IV. Com tratamento a presos indigentes
 - V. Com eventuais
 - VI. Com enterramento de indigentes
 - VII. Com alimentação e tratamento de prezos indigentes

Rs. 4.915\$700

CAMARA DA LAGUNA

ARTIGO 10.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados, na forma da legislação em vigor
- § 2.* Com o expediente
- § 3.* Com o expediente do jury, do trabalho do alistamento militar, da qualificação de voluntários e outros na forma das disposições em vigor
- § 4.* Com o pagamento da dívida passiva e custas judiciais
- § 5.* Com obras públicas, sendo:

 - I. Com ruas e outras obras urbanas
 - II. Com caminhos e pontes
 - III. Com exacção
 - IV. Com eventuais
 - V. Com a compra de livros e costeio da biblioteca publica
 - VI. Com alimentação e tratamento a presos indigentes

Rs. 4.334\$000

CAMARA DO TUBARAO

ARTIGO 10.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados, conforme a legislação em vigor
- § 2.* Com expediente
- § 3.* Com o expediente do jury, do trabalho do alistamento militar, da qualificação de voluntários e outros, na forma da legislação em vigor
- § 4.* Com o pagamento da dívida passiva e custas judiciais
- § 5.* Com obras públicas, sendo:

 - I. Com ruas e outras obras urbanas

Rs. 6.284\$000

II. Com caminhos e pontes

§ 6.* Com exacção

§ 7.* Com eventuais

§ 8.* Alimento e tratamento a presos indigentes

650\$000
205\$000
70\$000
60\$000
Rs. 2.157\$000

CAMARA DO PARATY

ARTIGO 11.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados de conformidade com a legislação em vigor
- § 2.* Com expediente
- § 3.* Com o expediente do jury, dos trabalhos do alistamento militar, da qualificação de voluntários, do registo civil e outros na forma das disposições em vigor
- § 4.* Com o pagamento da dívida passiva e das custas judiciais
- § 5.* Com obras públicas, sendo:

 - I. Com ruas e outras obras urbanas
 - II. Caminhos e pontes
 - III. Com exacção
 - IV. Com eventuais
 - V. Com alimentos e tratamento a presos indigentes

700\$000
10\$000
20\$000
40\$000
225\$000
600\$000
825\$000
380\$000
25\$000
60\$000
Rs. 2.060\$000

CAMARA DE ITAJAHY

ARTIGO 12.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados de conformidade com a legislação em vigor
- § 2.* Com o expediente
- § 3.* Com o expediente do jury, do trabalho do alistamento militar, da qualificação de voluntários, e outros na forma das disposições em vigor
- § 4.* Com o pagamento da dívida passiva e das custas judiciais
- § 5.* Com obras públicas, sendo:

 - I. Com ruas e outras obras urbanas
 - II. Caminhos e pontes
 - III. Com exacção
 - IV. Com eventuais
 - V. Com alimento e tratamento a presos indigentes

1:830\$000
3:000\$000
4:820\$000
600\$000
100\$000
300\$000
Rs. 6.830\$000

CAMARA DE LAGES

ARTIGO 13.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados, de conformidade com a legislação em vigor
- § 2.* Com o expediente
- § 3.* Com o expediente do jury, dos trabalhos do alistamento militar, da qualificação de voluntários e do registo civil e outros, de conformidade com as disposições em vigor
- § 4.* Com o pagamento da dívida passiva e das custas judiciais

1:200\$000
40\$000
40\$000
100\$000
100\$000
Rs. 1.380\$000
1.390\$000

CAMARA DE S. MIGUEL

ARTIGO 14.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados na forma da lei em vigor
- § 2.* Com o expediente
- § 3.* Com o expediente do jury, dos trabalhos do alistamento militar, da qualificação de voluntários, do registo civil e outros, na forma das disposições em vigor
- § 4.* Com o pagamento de custas judiciais, sendo de preferência pago ao oficial de justiça João da Costa Cesar a quantia de 50\$ rs
- § 5.* Com obras públicas, sendo:

 - I. Com ruas e outras obras urbanas
 - II. Caminhos e pontes
 - III. Com exacção
 - IV. Com eventuais
 - V. Com sustento a presos indigentes

680\$000
15\$000
30\$000
30\$000
100\$000
Rs. 1.222\$000

CAMARA DE CURITIBANOS

ARTIGO 15.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados na forma da legislação em vigor
- § 2.* Com o expediente
- § 3.* Com o expediente do jury, do trabalho do alistamento militar, da qualificação de voluntários e outros na forma das disposições em vigor
- § 4.* Com obras públicas
- § 5.* Com exacção
- § 6.* Com eventuais
- § 7.* Sustento a presos indigentes

552\$000
10\$000
20\$000
310\$000
100\$000
40\$000
60\$000
Rs. 1.092\$000

CAMARA DE TIJUCAS

ARTIGO 16.* Esta camara é autorizada a despende no anno desta lei, a quantia a que montarem suas rendas, a saber:

- § 1.* Com gratificação aos empregados na forma da legislação em vigor
- § 2.* Com o expediente
- § 3.* Com o expediente do jury, do trabalho do alistamento militar, da qualificação de voluntários e outros na forma das disposições em vigor
- § 4.* Com o pagamento da dívida passiva e das custas judiciais
- § 5.* Com obras públicas, sendo:

 - I. Com ruas e outras obras urbanas
 - II. Com caminhos e pontes, sendo de preferência feita a que foi consignada no orçamento do anno passado
 - III. Com exacção
 - IV. Com eventuais
 - V. Com sustento a presos indigentes

796\$000
20\$000
30\$000
160\$000
50\$000
60\$000
Rs. 2.880\$000

CAPITULO II Disposições gerais

ARTIGO 17.* Os saldos existentes nos cofres das camaras municipais, do exercicio de 1880 à 1881, serão aplicados exclusivamente a melhorar a vicina publica, excepto se forem de rendas especiais, os quais terão a applicação para que foram criados.

ARTIGO 18.* Ficão revogados os artigos 23º, 24 das disposições especiais da lei n. 809 de 1º de Abril de 1880.

CAPITULO III Disposições especiais

ARTIGO 19.* Ficão em vigor todas as leis do orçamento municipal que conferem disposições permanentes, que não tenham sido revogadas e as disposições contidas no artigo 19 da lei n. 639 de 4 de Junho de 1870 e no artigo 20 da lei n. 684 de 24 de Maio de 1872.

ARTIGO 20.* A porcentagem dos empregados da camara municipal do Itajaí é fixada alterada pela seguinte forma:

An secretario 8%
An procurador 11%
An fiscal e parteiro um terço direito a exação.

ARTIGO 21.* Fica criado o lugar de mais um fiscal para camara municipal da cidade de S. José com o ordenado igual ao actual da mesma camara.

ARTIGO 22.* Continua em vigor os artigos 19, 22, 23, 28, 29, 31, 32 e 33 da lei n. 817 de 1º de Maio de 1870.

ARTIGO 23.* Ficão revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões 11 de Março de 1881.
Jaquim de Souza Leão, Luiz G. Cadeira de Andrade e Dr. Duarte F. Schuel.

Concessão de privilégio

Entra em 1^a discussão, o sem debate passa para a 2^a, o projecto n. 31, que concede a Antônio Francisco do Couto privilégio por 10 anos para a respetiva e conservação da Serra da Pedra, no município do Araranguá.

Melhoramentos materiais

Entra em 2^a discussão, o sem debate passa para a 3^a, o projecto n. 28, que isenta de direitos de material necessário para alguns melhoramentos de utilidade pública.

Vem à mesa a seguinte emenda substantiva:

* Artigo 1.* Ficão revogadas as leis n. 828 de 23 de Maio de 1872 e da lei n. 829 de 1º de Julho de 1874 e mais posterior, em contrário.—Wendhausen.

Não havendo quem peça a palavra, procede-se à votação, e só é aprovado o projecto, artigo por artigo, e assim assim a emenda substitutiva.

Posturas

Entra em 2^a discussão, o sem debate passa para a 3^a, o projecto n. 21, que revoga o art. 1º da postura aprovada das leis n. 9 de Maio de 1854.

Entra em 2^a discussão, o sem debate passa para a 3^a, o projecto n. 30, que concede privilégio exclusivo por 30 anos ao cidadão João Antônio de Medeiros, para a abertura de um canal que ligue o rio das Congonhas ao rio do Taboão.

Aposentadoria, e restauração da comarca de Itajaí

São adoptados em 3^a discussão e vão remetidos à comissão de redação os projectos de n. 25, autorizando a presidente da província a apresentar o ex-diretor da colônia nacional Argentina, Joaquim José da Serra Vorencio, com o vencimento anual de 50.400\$000, correspondente a 10 anos 9 meses e 9 dias de serviço público, e de n. 26—restaurando a comarca de Itajaí, compreendendo o município de Blumenau, que se desanexa da S. Francisco.

(Continua.)

SECÇÃO GERAL

NOTICIAARIO

Hontem entrou da corte o paquete Correio, trazendo-nos notícias até dia 25 do corrente.

Por portaria do 19 do corrente, concedeu-se no lente do cargo superior da escola militar o Dr. Francisco Carlos da Luz, dois meses de licença para tratar da sua saúde n'esta província.

O juiz de direito Dr. Balarmine Peregrino da Gama e Melo está ocupando interinamente o lugar de chefe de polícia de S. Paulo, visto ter pedido a sua exoneração o Dr. José Joaquim Cardoso de Melo.

S. Ex. o Sr. conselheiro Boarque da Cidade, ministro d'agronomia, teve dia 21 do corrente, uma forte ataque de necessidade em que se retirava do Paço, depois do despacho imperial.

O Cruzeiro de 22 narrando o facto, assim se exprime:

* Hontem o Sr. conselheiro Boarque

de Macedo, que durante o despacho imperial sentira-se incomodado, fêl accontentando de um ataque na occasião em que ia embarcar no carro, cerca de 4 horas da tarde. S. Ex. foi imediatamente resolvido a um dos aposentos no pavimento terra do palacio, acompanhado de seus colegas do ministerio. Compareceram os Srs. Drs. Souza Costa e João Ribeiro de Almeida e conferenciaram com o Sr. conselheiro Lima Duarte, que rececionou.

« Sua Magestade, logo que teve sciencia do ocorrido, dirigio-se ao aposento onde se achava o Sr. conselheiro Buarque, e ali demorou-se, recomendando instantaneamente ao retirar-se que fizessem com o enfermo todo o cuidado, e determinando que o transferissem para outra aposento, que mandou preparar para esse fim, não consentindo que o Sr. ministro da agricultura fosse conduzido para sua residencia.

« A Exma. esposa do S. Ex., logo que soube do facto, dirigio-se a palacio, onde se acha. O estudo do Sr. conselheiro Buarque é grave.

« Sua Magestade, antes de sair para o espectaculo, recomendou que o informassem, no caso de aggravar-se o estudo do seu ministro, prometendo ir velo logo que voltasse do theatro.

« Fazemos votos pelo prompto restabelecimento do S. Ex. »

O mesmo jornal em seu numero de 25 do corrente diz :

« O Sr. conselheiro Buarque de Macedo continua a experimentar sensíveis melhorias. »

« S. Ex. só hontem recebeu alguns amigos que o foram visitar, conversando com elles. »

« Seu medico considera-o livre de perigo e conta que S. Ex. estará restabelecido em poucos dias. »

Na quinta-feira ultima teve lugar no theatro Santa Isabel o espectaculo anunciamdo.

Somos informados que a execucao das comedias foi o mais satisfactorio possivel, sendo as amadoras chameadas à cena por mais de uma vez e muito aplaudidas.

É louvável o esforço e capricho do Club de Mayo em manter a despeito dos maiores sacrificios tão bello meio de diversao.

Falleceu na freguesia de Santo Antonio o noivo de Joaquim Domingos, Lopionario Silva, ac. freguesia.

Na arvore de 70 annos prostrada, lhe fizeram enterro prolongados, ainda assim, era tal a sua dedicação a causa publica e ao partido que não quizera exonerar-se do cargo que exercia afim de continuar a servil-o.

Era um cidadão preinstoso e benquisto, com um caracter firme e honrado. O partido liberal lamenta a sua perda.

Este vio desaparecer de suas fileiras mais um desses gloriosos veteranos, honra de seu passado, cujo ardor e firmeza nas horas angustiosas da batalla, era ainda incentivo e exemplo à nova geração.

Em nome do partido liberal, registrando em nossas columnas, o passamento do nosso antigo ex-religionario, dirigimos a sua familia os nossos pesames.

Regressou ante-hontem de sua viagem à Joinville e à S. Bento, S. Ex. o Dr. João Rodrigues Chaves, digno administrador da provincia.

S. Ex. tendo partido desta cidade a 18 do corrente, chegou no dia seguinte pela manhã à cidade do Itajahy, onde foi recebido por muitas pessoas com manifestações de regozijo.

S. Ex. desembocou e examinou as obras de segurança, mandadas fazer por occasião das inundações de Setembro do anno passado, cujos estragos desappareceram, gracas às medidas tomadas e solicitude e zelo com que foram executadas. Hoje já dificilmente se podem encontrar indícios siqueir a destrução, causada pela inundação.

Logo depois S. Ex. voltou para bordo, seguindo para S. Francisco, onde chegou à tardinha, ainda a tempo de visitar grande parte da cidade, recorrendo à casa do Sr. coronel José Antônio de Oliveira, que lhe ofereceu e às pessoas que o acompanhavam a mais generosa e franca hospitalidade.

A 20 pela manhã seguiu S. Ex. para Joinville, onde chegou às 11 horas do dia, tendo sido recebido pelo Dr. Bento José Fernandes Barroso, digno juiz de direito da comarca, H. Lepper, presidente da camara municipal, Lasperry, delegado de polícia, A. J. Kremer, representante das colonias D. Francisco e S. Bento. Pedro Lobo, ajudante do engenheiro encarregado da construção da estrada D. Francisco, Manoel da Costa Pereira, chefe da estação telegráfica, Guilherme Engolke, juiz de direito da comarca, Laurindo José Alves, que ora corre para Vossa Magestade Imperial.

« Fundara elle seu direito no alisamento, allegando, que, eleito sup-

de Saguaçu, á bordo do vapor *Babylonia*.

No trapiche da cidade achava-se o vigario Carlos Bieggershausen, Dr. Wiggand Engolke, João Bauer, camarista, e muitas pessoas notáveis, que receberam S. Ex. com as maiores demonstrações de apreço, acompanhando-o ao hotel d'Europa, onde ofereceram a directoria da colônia, representada pelo engenheiro Kremer, uma homenagem brillante.

Ali foi S. Ex. comprometido pela associada *Gymnastica*, que o solicitou com uma brillante allocução, redigida pelo Sr. Carlos Lange, neguciante e agente do correio de Joinville.

S. Ex. dignou-se agradecer.

Nessa mesma noite foi-lhe oferecido um esplendido baile pelo *Club Joinville*, prolongando-se até às 2 horas da manhã.

No dia seguinte (21) seguiu S. Ex. para S. Bento, percorrendo noventa kilometros da estrada de D. Francisco, que, não sendo isenta de defeitos, é contudo uma magnifica via de comunicação, como talvez poucas existam no paiz.

A noite novas horas da noite chegou S. Ex. á sede da colônia, sendo franca e generosamente hospedada em casa do negociante Carlos Kaminsky.

A 22 percorreu S. Ex. grande parte da colônia, depois de visitar a igreja, casas e cauda.

Ex. foi visitado em S. Bento por diversos cavalheiros, entre elles o major Vicente Ferreira de Loyola, proprietário do empenho do matto, dr. Wolf, F. Canac, Antonio Sink, professor publico, escritor da subdelegacia, etc.

A 23 partiu S. Ex. para Joinville, onde chegou às 9 horas da noite, depois de parar por alguns momentos no encontro de matto do Sr. Antônio Augusto Ribeiro e em casa do tenente-coronel José Coletino de Oliveira, que ofereceu-lhe um capo d'agua.

Em Joinville S. Ex. visitou as escolas primarias, a camara municipal, cadeia, igreja católica, club literario, estação telegráfica, templo evangélico, escola secundaria do sr. Buck, directoria da colônia, palacio de S. A. o Sr. Príncipe de Joinville, tipografia da *Gazeta de Joinville* e do *Colégio Zeitz*, e quasi todos os estabelecimentos industriais, redistribuindo todas as visitas que lhe foram feitas pelas pessoas mais graduadas. —

« A 24 dia 10 am os bons interiores da casa do Dr. Bieggershausen, que é a residencia do Dr. Bieggershausen, foram reabertos e os cavalheiros e senhoras que haviam comparecido dia anterior fizeram a sua visita.

« Conhecendo o legislador, que sob o regimen da lei antiga formavam os partidos suas chapas para vereadores efectivos com a escolha de cidadãos mais dignos, fazendo recular em outros menos aptos a votação inferior, é óbvio, que não quisesse elle ampliar á estes o mesmo privilégio, dada a hypothesis de exercicio accidental, que quando muito seria bom argumento, si por ventura o recorrente tivesse passado á ocultar o lugar de qualquer dos efectivos, que deixaram de prestar juramento.

« Achá-se bem verificado, entretanto, que o mesmo recorrente serviu como simples suplente em consequencia de uma incompatibilidade temporária; e esta jamais produziu efectividade.

« A idéia da exclusão dos suplementes actua-se perfeitamente quando na expressão —vereadores efectivos—, e mais se robustece, quando no art. 55 do cit. decreto, tratando-se dos delegados e subdelegados, estabelecendo o Poder publico, que só unicamente os efectivos; visto como o n.º 3º do art. 56 não forá tão positivo e claro como o n.º 12 do mesmo art.

« Si um suplemente de autoridade policial, que tiver estado em exercicio ou falta do efectivo, não é altissável, como este, por dizer a lei expressamente, que não lhe assiste a presunção de renda, do mesmo modo o suplemente do vereador, que passou a ter exercicio em consequencia de recusa ou falta do mais votado, por usar a mesma lei da expressão —vereadores efectivos—; tanto mais não tendo o recorrente satisfeito a exigencia do art. 60 da Reg. n.º 7981; isto é, não tendo conjuntamente provado, que sua eleição não forá posteriormente anulada.

« Tal é a minha convicção, que sujeito á correctivo, si é V. M. Imperial parecer erron.

« Faça o recorrente seguir estes autos na forma do art. 72.

S. Miguel, 22 de Maio de 1881.— Manoel Januário Bezerra Montenegro, juiz de direito. »

« Fundara elle seu direito no alisamento, allegando, que, eleito sup-

iente de vereador da camara municipal de Tijucas para o quatrienio de 1877 a 1881, ali serviu em 7º lugar; visto o impedimento do vereador Firmino durante o anno, em que este exerceu o cargo de intendente, paga a acumulação era incompativel.

« Semelhante allegação achava-se corroborada por duas certidões, provando, que o recorrente prestou juro

mento, que o exercer aquele cargo em 1879.

« Nada mais tendo acrescentado o mesmo recorrente em suas razões de fs. 6, manteve a decisão de fs. 2 v., por quanto:

« Que o art. Iº n.º 12 da lei n.º 3029, quer o art. 36 n.º 12 do decreto n.º 7981 de 9 e 29 de Janeiro ultimo estableceram a presunção de renda em favor dos vereadores efectivos; *vellet* aquelles, que foram mais votados em suas vilas até o n.º 7.

« Como disposições preceptivas, não se pôdem elas estender aos mesmos votados, que os substituiram em effectividade.

« Não raro via-se em alguns municipios do Imperio funcionar constantemente cidadão em quem apenas tinham recabido um voto!

« Ninguém dirá em bom hermenêutica, que esse cidadão, ou suplente de vereador, provando efectivo exercicio no impedimento dos mais votados durante o quatrienio passado, seja alistavel com presumuição de renda legal, atribuida á aquelles.

« Os principios de direito não permitem argumentar com uma disposição excepcional, para tirar uma conclusão applicável á outras especies, como ensina a lei 14 fs. de leg., dizendo: *Qui contraria rationem personae receptionis est, non est producendum ad consequutas.*

« A novissima Reforma eleitoral fixou perfeitamente a idéia de efectividade relativamente á um quatrienio completo, para que não se possa sem arbitrio aplicar o favor, ou illa contrido, á quem sómente exercerá por espaço de um anno.

« A 25 dia 10 am os bons interiores da casa do Dr. Bieggershausen, que é a residencia do Dr. Bieggershausen, foram reabertos e os cavalheiros e senhoras que haviam comparecido dia anterior fizeram a sua visita.

« Conhecendo o legislador, que sob o regimen da lei antiga formavam os partidos suas chapas para vereadores efectivos com a escolha de cidadãos mais dignos, fazendo recular em outros menos aptos a votação inferior, é óbvio, que não quisesse elle ampliar á estes o mesmo privilégio, dada a hypothesis de exercicio accidental, que quando muito seria bom argumento, si por ventura o recorrente tivesse passado á occultar o lugar de qualquer dos efectivos, que deixaram de prestar juramento.

« Achá-se bem verificado, entretanto, que o mesmo recorrente serviu como simples suplente em consequencia de uma incompatibilidade temporária; e esta jamais produziu efectividade.

« A idéia da exclusão dos suplementos actua-se perfeitamente quando na expressão —vereadores efectivos—, e mais se robustece, quando no art. 55 do cit. decreto, tratando-se dos delegados e subdelegados, estabelecendo o Poder publico, que só unicamente os efectivos; visto como o n.º 3º do art. 56 não forá tão positivo e claro como o n.º 12 do mesmo art.

« Si um suplemente de autoridade policial, que tiver estado em exercicio ou falta do efectivo, não é altissável, como este, por dizer a lei expressamente, que não lhe assiste a presunção de renda, do mesmo modo o suplemente do vereador, que passou a ter exercicio em consequencia de recusa ou falta do mais votado, por usar a mesma lei da expressão —vereadores efectivos—; tanto mais não tendo o recorrente satisfeito a exigencia do art. 60 da Reg. n.º 7981; isto é, não tendo conjuntamente provado, que sua eleição não forá posteriormente anulada.

« Tal é a minha convicção, que sujeito á correctivo, si é V. M. Imperial parecer erron.

« Faça o recorrente seguir estes autos na forma do art. 72.

S. Miguel, 22 de Maio de 1881.— Manoel Januário Bezerra Montenegro, juiz de direito. »

« Fundara elle seu direito no alisamento, allegando, que, eleito sup-

leito na *Gazeta de Joinville* de 25 do corrente:

VISITA PRESIDENCIAL

O Exm. presidente da provicia, Sr. Dr. João Rodrigues Chaves, cuja proxima visita annunciamos nos leitores no numero passado, efectuou a sua visita no dia 20 do corrente.

Embardo na Capital com sua comitiva á 18 no vapor *S. Lourenço*, S. Ex. chegou á Lagoa Saguaná ás 10 horas da manhã de 20; ali o esperava o vapor *Babylonia*, em cujo bordo tinham ido d'aqui diversas pessoas que acompanhavam o illustre hospede, em seu viagem raro acima ao porto de nossa cidade.

« Aproximar-se do cais o vapor, o povo em grande numero saudou entusiasticamente o presidente, acompanhando-o Hotel d'Europa, casa posta á disposição de S. Ex. pela direcção d'esta colônia.

Depois de algumas horas do necessario descanso S. Ex. percorreu as principais ruas da cidade, visitando a igreja matriz, as escolas publicas, a estação telegraphica, a repartição do correio, o templo Evangelico, a escola secundaria do Dr. Buck, os estabelecimentos industriais dos irmãos Lepper, o edificio do « Club Joinville » etc.

« A noite via-se em alguns municipios do Imperio funcionar constantemente cidadão em quem apenas tinham recabido um voto!

« Não raro via-se em

Exm. Sr. Dr. João Rodrigues Chaves, M. D. presidente da provicia de Santa Catharina.—Manoel Marques Brandão.—Manoel Agostinho Benarro.—Manoel Gonçalves Pereira.—Ignacio Lazaro Bustos.—Eduardo Dias de Miranda.—Petronilha Dias Corrêa.—Pedro Bauer.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

Tijucas

Tendo corrido aqui com insistencia o boato de que o Sr. Dr. Adriano Francisco Ferreira Neves, ex-juris municipal d'este termo, posse uma carta que me foi dirigida pelo Ilm. Sr. Dr. Olympio Pitanga, e que já mostrou-a ao Ilm. Sr. Dr. Montenegro, muito digno juiz do distrito da comarca de S. Miguel, e aos Ilm. Srs. Alfredo Thotonio da Costa—1º escrivario da tesouraria da fazenda, Manoel Moreira da Silva—negociante no Destero, e outras pessoas mais,—e em assinou que essa dita carta já foi à corte a ser presente aos Exm. Srs. ministro da justica e sondados Manoel Francisco Corrêa e Diego Velho Cavalcanti de Albuquerque; no intento de tirar de mim a injuria suspeita de que essa referida carta foi por mim dada á S. S., ou a qualquer amigo meu, ou por motivo da imprensa pedir ao dito Sr. Dr. Adriano Francisco Ferreira Neves que se digne declarar como houve a dita carta, visto como me foi subtraida em viagem, antes de chegar-me as mãos.

Espero do cavalheirismo do S. S. a pejada declaração, em bona verdade. Fazendo esta declaração e pedido tanto por flu tirar de sobre mim a suspeita de uma indigna e infama traição.

Tijucas, 8 de Maio de 1881.

ANTONIO DE CASTRO GANDRA.

Tijucas

« Antes de sair para o Brasil o Sr. Sébastião de Tijucas foi acarreado, pois não ha negar, ao Gandra o seu criterio, moralidade e bom uso para o exercicio desse cargo, até agora servido por Phillipa Schmidt que não é superior em habilitações ao Sr. Gandra.

« Despachada censura dos Vicos patrícios, opomos nós o louvor merecido pelo acerto da escolha do sr. Gandra, cidadão dedicado ao serviço publico, e estamos convictos que o sr. ha de prestar reais serviços à instrucção no município de Tijucas.

Dizer na impresa que o cidadão que tem servido de delegado de polícia, do presidente da assembleia parochial, que é vereador da camara municipal, não tem habilitações para delegado ou inspetor das escolas, é revelar inopia, paixão, interesse o insensatez.

Um louvor.

Agua Florida de Murray e Lucas

Em virtude das Senhoras serem a preciosas porcelanas do barão hanau, por isso mesmo elles tem todo o soberano direito a eleição de toda a espécie de elegantes luxurias, que a arte estimulada pela galanteria pode inventar. Entre todas as que pretencem ou figuram no Toucador nenhuma ha que possa exceder em aromaticas delicadezas e florais, aquella acima mencionada no alto deste parágrafo. Possuindo uma miniosa e delicadissima fragrância, sumamente util e agradável em varias formas, quer já como aforrosensoria da compreção, excellente misturada com agua como meio agradável para enxaguar a boca e alvejar os dentes, e finalmente como um excellente e admirável meio curativo em todos os casos de nerrossidão, desmaio, vertigens e ataques hystericos, ond se ella merece um nome na *Malaria Médica*, assim

como em ocupar um lugar indispensável no tocador.

COMO GARANTIA contra as falsificações observe-se bem que os nomes de *Lanham & Kemp* venham estampados em letras transparentes no papel do lirinho que serve de envoltório a cada garrafa. Acha-se à venda em todas as Boticas e Lojas de Perfumarias.

183

Juizo de Orfãos

O major Alfonso de Albuquerque e Mello, juiz de orfãos suplementar da cidade do Desterro, capital da província de Santa Catharina e seu Termo, por São Magistade, na fôrma da lei, etc.

Fago saber que por este juizo recebe-se propostas em carta fechada, até o dia 30 do mês de Maio, para a venda do escravo Simão, de cor preta, de 40 anos de idade, avaliado pela quantia de oitocentos mil réis (\$800\$) pertencente às orfãs Guiomar e Maria, filhas do falecido Eduardo Moreira da Silva, cujas propostas serão abertas no referido dia na sala das audiências, pelas onze horas da manhã. E para que chegue ao conhecimento de todos e de quem convier, mandei passar o presente edital e mais dois de igual teor, que serão affixados no lugar do costume e publicados pela imprensa, afim de ser arrematada no dia dito segunda-feira — à quem mais der maior lance oferecer em proposta. Desterra, 30 de Abril de 1881.—Eu José de Miranda Santos, escrivão que subscrevi. —*Alfonso de Albuquerque Mello*.

(Estava devidamente sellado com uma estampilha de 200 rs.)

Thesouraria de Fazenda

De ordem do Ilm. Sr. inspector fôr publico que estão sendo substituídas notas de 500\$000 rs. da 4ª estampa, começando do 1º de Outubro corrente anno em diante o desconto de 10 % mensais no valor das que não tiverem sido substituídas até 30 de Setembro anterior.

Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina, o 21 de Março de 1881.—*Alfredo Theotonio da Costa*, 1º escripturário, secretário da junta.

Consulado Provincial

Pelo consulado provincial se faz público que no dia 1º de Junho próximo futura, se principiará a cobrança do 2º semestre do imposto sobre prelúios urbanos. Os collectados que o não satisfizerem no prazo de trinta dias úteis, serão onerados com a multa de cinco por cento.

Consulado Provincial da Cidade do Desterro, 2 de Maio de 1881.—*Antônio Luiz do Liramento*, administrador thesoureiro.

ANNÚCIOS**Vende-se**

uma morada de casa sita á rua da Lapa n. 17. Para tratar na rua Trajano n. 20.

SUSPENSORIO MILLERET
elástico, sem ligaduras distalizadas
para erigir as faldas feridas,
cujas brinholas se encaixam pada
dito ostáculo. Fundas. Meias para varizes.
MILLERET, LE CONDEC, sucessor, Paris, 48, r. J.-J. Rousseau.

**LINHA DA MALLA IMPERIAL ALMÉA**

COMPANHIA DE PAQUETES A' VAPOR

HAMBURGUEZA SUL AMERICANA

O PAQUETE

HAMBURGO

é esperado no porto da cidade de S. Francisco no dia 2 do mês de Junho, e sahirá, com a indispensável demora—para **Hamburgo**, fazendo escala por Santos, Rio de Janeiro, Bahia e Lisboa, para onde recebe passageiros e cargo, com exceção d'esta para o porto de Lisboa. Para fretes, passageiros e mais informações, trata-se em S. Francisco com o abaixo assinado.

ESPERA-SE MAIS OS SEGUINTES VAPORES:

Em 17 de Junho o vapor **Montevideó**

Em 17 de Julho o vapor **Buenos Ayres**

Em 17 de Agosto o vapor **Valparaiso**

S. Francisco, 20 de Maio de 1881.—Augusto C. da Fonseca Ozorio, agente.